

Deputados do PS, autarquias e profissionais em CAD visitam CRI Porto Oriental:

CRI Porto Oriental mostra trabalho e insiste no rumo da mudança

O CRI Porto Oriental convidou, no dia 19 de Setembro, deputados socialistas, membros dos executivos das autarquias e IPSS que intervêm no seu território para uma reunião que colocou na agenda as atuais políticas de combate às dependências e comportamentos aditivos, bem como as necessidades de futuro nesta matéria. Luísa Salgueiro, Isabel Santos, Pedro Bacelar Vasconcelos e Fernando Jesus, deputados socialistas eleitos pelo círculo do Porto para a Assembleia da República, estiveram no Centro de Respostas Integradas do Porto Oriental e testemunharam as principais preocupações de técnicos e autarcas no que concerne à situação actual do país em matéria de CAD.

A sessão iniciou-se com uma visita às renovadas instalações daquela unidade, ao que se seguiu uma apresentação das diferentes respostas integradas no CRI Porto Oriental, da autoria de Jorge Barbosa e uma reunião entre os membros presentes.

No final, Dependências entrevistou Luísa Salgueiro.



**LUÍSA SALGUEIRO,
DEPUTADA DO GRUPO
PARLAMENTAR DO PS**

**“É necessário
modificar o
actual modelo”**

Particularmente para o Grupo Parlamentar do PS mas igualmente para a Comissão Parlamentar de Saúde, o que leva daqui?

Luísa Salgueiro (LS) – Aquilo que esperávamos, ou seja, testemunhos de quem conhece muito proximamente este trabalho, a realidade, o território e os protagonistas. Percebemos que é necessário modificar o actual modelo porque, com o desaparecimento do IDT e a criação do SICAD, a inclusão dos serviços nas ARS não funcionou da melhor forma. É essa a ideia que temos e a mensagem que também aqui nos transmitem e, portanto, enquanto Grupo Parlamentar, tomaremos as iniciativas legislativas necessárias e apresentaremos um projecto de resolução a recomendar ao Governo que, pelo menos, crie um grupo que comece a redesenhar o modelo para que possamos continuar a dar respostas de qualidade como, apesar de tudo, estamos a fazer. Apesar das dificuldades, os serviços mantêm boas respostas e temos resultados mas é possível fazer melhor. Os recursos humanos são cada vez menos e não podemos continuar nesta perda progressiva, contrariamente ao número de casos, que vai aumentando. Enquanto de-

putados, pensamos que podemos fazer algo para ajudar a melhorar e ficamos também muito agradados por vermos o empenho dos profissionais e a forma como, no CRI Porto Oriental, estes serviços regionais e a ARS estão a trabalhar esta temática.

Aquele grupo de especialistas desta área constituído em Aveiro e recentemente reforçado em Coimbra tem sido ouvido pelo Grupo Parlamentar do PS?

LS – Tem reunido connosco, temos tido conhecimento das linhas que defendem e essa é também uma das razões pelas quais entendemos que temos que nos dedicar mais às dependências.

Em que medida poderá estar na posição preconizada por esse grupo a génese de um novo modelo?

LS – Não nos compete dizer quem deve formar o grupo. Sabemos que as preocupações são partilhadas por esse grupo que reuniu primeiro em Aveiro e depois em Coimbra que, como disse, tem estado próximo de nós e que temos ouvido com cuidado.

Quando poderá surgir o primeiro desenho do eventual novo modelo?

LS – Isso não nos compete a nós... Compete ao Governo. Vamos recomendar ao Governo que o crie e competirá ao Governo definir o calendário.



**ADALBERTO CAMPOS
FERNANDES
ASSEGURA
NOVIDADES
ORGÂNICAS EM CAD
PARA O INÍCIO DE
2017**

Dependências procurou saber junto do ministro da saúde, Adalberto Campos Fernandes, que futuro está o Governo a preparar para a actual estrutura do SICAD e das equipas de intervenção em CAD. O ministro da saúde assegurou que, até ao final do ano, estará concluída uma reflexão sobre a matéria, de que resultará, no início de 2017, uma revisão da Lei Orgânica do Ministério e uma eventual reestruturação dos serviços: “Estamos neste momento a preparar uma reflexão sobre a organização não apenas do SICAD mas igualmente de outros serviços do Ministério da Saúde para que, no início do próximo ano possa ser refrescada e revista a própria Lei Orgânica do Ministério. O SICAD está nesse pacote de reflexão que se desenvolverá até ao final do ano”.